

**ATA DA 98ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO
CEARÁ - CONERH**

01 Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de fevereiro de 2021 (dois mil e vinte e um), foi realizada
02 VIRTUALMENTE na plataforma *Microsoft Teams*, a 98ª Reunião Ordinária do
03 CONERH, obedecendo a regulamentação da PORTARIA da SRH Nº 566, de 13 de Maio
04 de 2020. Na reunião **estiveram presentes os seguintes Conselheiros** do CONERH:
05 Francisco José Coelho Teixeira e Ramon Flávio Gomes Rodrigues (SRH), Joaquim
06 Firmino Filho e Paulo César Moreira de Souza (SEINFRA), Daniel Charley Ferreira
07 Umbelino (SEPLAG), Sílvio Carlos Ribeiro Vieira Lima (SEDET), Marcella Facó Soares
08 (CIDADES), Gustavo Amorim Studart Gurgel (SEMACE), Inácio Francisco de Assis
09 Nunes Arruda (SECITECE), Priscila Carvalho Holanda (SEDUC), Daniel Aguiar
10 Camurça (APRECE), Álvaro Ernesto Studart Teles Dias (DNOCS), Aridiano Belk de
11 Oliveira e José Maria Gomes Vasconcelos (CBH), Adahil Pereira de Sena
12 (SINDIÁGUA), Mailde Carlos do Rêgo (CREA), Clodionor Carvalho de Araújo (IHAB),
13 Nice Sanford Fraga (UNIFOR), Renata Mendes Luna (UFC), Helder dos Santos Cortez e
14 Raquel Almeida (CAGECE), João Teixeira Júnior e Francisco José de Souza (FAEC),
15 Elaine Cristina de Moraes Pereira (FIEC) e Antônio da Costa Albuquerque (ACCC). **Ao**
16 **todo estavam presentes 20 Instituições do Conselho, representando 83% do**
17 **CONERH** e 25 Conselheiros entre titulares e suplentes. Estiveram **ausentes 04**
18 **Conselheiros** das seguintes Instituições: SDA, SESA, SEMA e Defesa Civil. Enquanto
19 Secretaria-Executiva do CONERH estavam presentes - Carlos Magno Feijó Campelo
20 (titular) e Márcia Soares Caldas (suplente) e Ana Cláudia Ferreira Dutra Fernandes
21 (advogada). Como Assessoria Jurídica da SRH – Ricardo Veras Paz. Enquanto
22 convidados estavam presentes diversas instituições tais como: SRH, COGERH,
23 FUNCEME e os presidentes dos seguintes Comitês de Bacias Hidrográficas: Além dos
24 Presidentes dos Comitês do Baixo Jaguaribe e Acaraú (que são representantes do CBH no
25 CONERH, como titular e suplente), Metropolitana, Médio Jaguaribe, Alto Jaguaribe,
26 Salgado, Sertões de Crateús e Banabuiú. Ao todo estavam presentes 59 pessoas, entre
27 Conselheiros, Secretaria-executiva e Convidados, conforme figura da tela de participação

28 em anexo. Iniciando os trabalhos, verificado e confirmado o quórum, o Presidente do
29 CONERH, Dr. Francisco José Coelho Teixeira fez a abertura formal da reunião e
30 agradeceu a presença de todos. Logo na abertura, o Secretário Teixeira solicitou um
31 minuto de silêncio em homenagem as vítimas da Covid-19 e mais especialmente para o
32 servidor da SRH, Antônio Martins da Costa, que foi um dos fundadores da SRH e
33 também acompanhou de perto a primeira Lei estadual de recursos hídricos, bem como o
34 Plano Estadual dos Recursos Hídricos. Em seguida passou a palavra para o Sr. Carlos
35 Magno Feijó Campelo/Secretário-Executivo do CONERH que apresentou a **pauta da**
36 **reunião: 1) Aprovação da ata da 97ª Reunião Ordinária do CONERH; 2) Discussão**
37 **sobre os parâmetros para a operação do sistema integrado Jaguaribe – Região**
38 **Metropolitana no 1º. Semestre de 2021 (Cogerh); 3) Discussão sobre minuta de**
40 **Resolução que dispõe sobre o adiamento do processo eleitoral de composição e**
41 **prorrogação dos mandatos dos membros do Conselho de Recursos Hídricos do**
42 **Ceará - CONERH e das Diretorias dos Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs; 4)**
43 **palavra facultada. No primeiro ponto de pauta: aprovação da ata da 97ª Reunião**
44 **Ordinária**. Considerando que ata foi enviada anteriormente por e-mail para todos os
45 conselheiros, Carlos Magno indagou aos Conselheiros se havia alguma alteração para ser
46 registrada na ata. A Conselheira Suplente da FIEC, Elaine Cristina de Moraes Pereira,
47 solicitou que se registrasse em ata, que no ponto de pauta sobre o reajuste da tarifa de
48 cobrança sobre o uso dos recursos hídricos, a FIEC votou contra o reajuste da cobrança,
49 alegando os impactos negativos que a pandemia vivenciada está causando ao setor
50 produtivo como um todo. E, que um aumento nos valores cobrados, naquele momento,
51 teria um impacto significativo nos orçamentos das indústrias. O que não seria bom para
52 ninguém, principalmente para aqueles que tentavam fazer com que seus negócios
53 sobrevivessem à essa crise. Após esse registro na ata da 97ª Reunião Ordinária do
54 Conselho de Recursos Hídricos do Ceará – CONERH, a ata foi APROVADA pelos
55 demais conselheiros. Antes do segundo ponto de pauta, o Conselheiro Silvio Carlos da
56 SEDET, deu o informe sobre algumas ações que foram feitas pela Câmara Técnica para
57 alocação de água no setor agropecuário, ressaltando o projeto piloto de declaração de
58 demanda hídrica do irrigante acima de 10 ha. O projeto vai começar no baixo Jaguaribe; a
59 Cogerh já está preparando o formulário, conforme modelo da ANA. O objetivo do projeto
60 é para que se possa fazer uma estima hídrica de demanda da bacia hidrográfica para o
61 semestre seguinte, ajudando assim a Cogerh a preparar o seu plano de alocação a partir da
62 demanda estimada. Está sendo preparado um webinar para divulgar o projeto. O

63 Conselheiro Aridiano (CBH) reforçou que o CBH do Baixo Jaguaribe e os outros Comitês
64 estão a par do projeto e darão todo o suporte necessário na divulgação do projeto. Logo
65 em seguida, antes do segundo ponto de pauta, houve uma apresentação do Presidente da
66 FUNCEME, Eduardo Sávio, sobre o Prognóstico Climático para os meses de março a
67 maio de 2021 no Ceará. Na apresentação, Eduardo Sávio frisou que de janeiro até a data
68 de hoje da reunião, as precipitações estão abaixo da média. Eduardo chamou atenção
69 porque as águas do pacífico estão mais quentes, formando uma possibilidade de El Niño
70 em 2022, portanto, a alocação deve ser bem conservadora pelo risco de escassez hídrica,
71 porque estamos com previsão de chuvas abaixo da média. Neste **segundo ponto de**
72 **pauta: Discussão sobre os parâmetros para a operação do Sistema Integrado**
73 **Jaguaribe – Região Metropolitana no 1º Semestre de 2021 (Cogerh)**, o Presidente da
74 Cogerh fez alguns comentários iniciais antes do Diretor de Operações da Cogerh, Bruno
75 Rebouças, fazer sua apresentação. João Lúcio enfatizou que já é uma sistemática de trazer
76 esses cenários de alocação negociada do Sistema Integrado Jaguaribe – Região
77 Metropolitana. Há sempre dois momentos com os Comitês, um onde é feita a avaliação da
78 alocação negociada do ano anterior, 2020 e outro onde fazemos uma operação pré-período
79 de chuva que é uma alocação emergencial para garantir o abastecimento humano e a
80 atividade produtiva. Isso tudo antes do período de alocação negociada de água que ocorre
81 entre os meses de junho e julho de cada ano. Portanto, essa apresentação é para apreciação
82 dos Conselheiros. Vale salientar que antes de ser apresentado ao Conerh, esses parâmetros
83 de alocação proposto são discutidos previamente com representações dos Comitês de
84 Bacias Hidrográficas. E, esse ano a novidade é que a Câmara Técnica de Água e
85 Agropecuária do Conerh também participa junto com os Comitês de Bacias Hidrográficas
86 nessa prévia sobre os parâmetros de alocação negociada. Em seguida, o Diretor de
87 Operações Bruno Rebouça fez a apresentação dos parâmetros. Bruno enfatizou que em
88 janeiro de 2012 o volume dos reservatórios monitorados pela Cogerh estava com 69,21%
89 e agora em fevereiro de 2021 nós só temos 24,31% armazenado, portanto, diante da
90 possibilidade de se formar El Niño no próximo ano, a ideia é que a alocação seja cada vez
91 feita de forma assertiva e com mais cuidado. O que será apresentado é um limite de
92 operação até o mês que vem onde será feita uma reavaliação. O planejamento adotado é
93 conservador ao longo da quadra chuvosa e, levando em conta o volume armazenado
94 insatisfatório no açude Banabuiú, Orós e Castanhão, a transferência de aporte para a
95 Região Metropolitana deverá ser feita prioritariamente com águas do Projeto de
96 Integração do São Francisco. Bruno também enfatizou que desde 2015 vem se operando

97 com a diminuição da vazão alocada de 21,36 m³/s para 2,76 m³/s em 2020, tendo em vista
98 o baixo aporte nos reservatórios monitorados nos últimos anos. Na discussão prévia para
99 os Comitês foi levado uma proposta inicial de 4m³/s ou 6m³/s, mas observou-se que a
100 diferença era pequena, onde os Comitês e a Cogerh acordaram em propor um teto de
101 6m³/s até 31 de março de 2021 e essa proposta que está sendo mostrada ao Conerh. Após
102 esse período uma nova reunião será sugerida para reavaliar essa proposta. Vale salientar
103 que essa é a vazão total proposta entre o rio e o Eixão RMF. Daqui a dois dias os Comitês
104 estarão reunidos para discutir a distribuição dessa vazão entre o rio e o Eixão das Águas.
105 Logo após a apresentação, o Conselheiro Aridiano Belk (CBH) enfatizou a presença de
106 mais de 08 presidentes de Comitês nesta reunião e que realmente os Comitês foram
107 ouvidos na discussão dos parâmetros e que na reunião dos vales os parâmetros serão
108 discutidos com os perímetros irrigados e outros usuários sobre a alocação das águas. O
109 Secretário Executivo do Conerh, Carlos Magno colocou a proposta de 6m³/s em votação e
108 uma reavaliação desses parâmetros numa reunião em março/2021. A proposta foi
109 APROVADA por todos os Conselheiros. No **terceiro ponto de pauta: Discussão sobre**
110 **minuta de Resolução que dispõe sobre o adiamento do processo eleitoral de**
111 **composição e prorrogação dos mandatos dos membros do Conselho de Recursos**
112 **Hídricos do Ceará - CONERH e das Diretorias dos Comitês de Bacias Hidrográficas**
113 **- CBHs**; este ponto de pauta foi apresentado pelo Assessor jurídico da SRH, Ricardo
114 Veras. O mesmo destacou que o disposto no Decreto Estadual nº 33.510/2020 fala da
115 situação de emergência em saúde no âmbito estadual, dispondo sobre uma série de
116 medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana provocada pelo novo corona
117 vírus e que estamos em uma situação excepcional em que vive a sociedade brasileira,
118 exigindo das autoridades públicas ações mais restritivas no sentido de barrar o avanço da
119 disseminação da doença, preservando a saúde da população, sobretudo das pessoas mais
120 vulneráveis pela contaminação; e, considerando os § 5º e 7º, do art. 10 do Decreto
121 Estadual nº 32.470/2017, que dispõem, respectivamente, sobre o mandato dos membros
122 dos CBHs pelo período de 04 (quatro) anos e o mandato de suas Diretorias pelo período
123 de 2 (dois) anos, urge a necessidade de analisar os mandatos das respectivas diretorias que
124 se encontram vencidos ou vincendos. Ricardo Veras também ressaltou que é o mesmo
125 caso dos Conselheiros do Conerh que é um mandato de dois anos e está com seu prazo
126 vincendo. Ricardo esclareceu que houve também a emissão de duas Portarias editadas
127 pelo Presidente do Conerh, neste período de pandemia, sendo a Portaria Nº 566/2020
128 regulamentando as reuniões virtuais do Conerh e dos Comitês de Bacias Hidrográficas,

129 bem como a Portaria Nº 670/2020 sobre prorrogação de mandato de todos os colegiados
130 durante a pandemia. Em reunião anterior a esta, foi discutido com as diretorias de
131 Comitês as alternativas sobre os prazos de mandato vencidos e vincendos de Diretorias. A
132 partir daí surgiram duas minutas de Resolução. Na primeira proposta, a matéria poderia
133 ser deliberada da seguinte forma: ou o plenário decidiria pela prorrogação de mandato ou
134 eleição da diretoria, mesmo por voto digital, mantendo-se o voto secreto, utilizando-se de
135 ferramentas do próprio programa de compartilhamento das reuniões virtuais. No entanto,
136 em uma discussão com as diretorias de Comitês de Bacias Hidrográficas, foi apresentado
137 uma segunda proposta de minuta: prorrogação de prazo de mandatos por 01 ano das
138 Diretorias de Comitês de Bacias Hidrográficas e da composição do Conerh. Após
139 explanação do Ricardo Veras, o Conselheiro Aridiano Belk (CBH) solicitou a palavra,
140 enfatizando que em virtude da pandemia, o trabalho dos Comitês ficou prejudicando, se
141 limitando apenas as reuniões virtuais desde abril de 2020 e numa reunião extraordinária
142 do Fórum Cearense dos Comitês de Bacias Hidrográficas - FCCBH, essa proposta foi
143 ventilada e bem acolhida pelos presidentes de CBHs de prorrogação de prazo de mandato
144 de 01 ano. Logo em seguida, o Presidente do CBH Salgado, Wildevânio e a Presidente do
145 CBH Alto Jaguaribe, Rosângela, enfatizaram que os Conselheiros votando na proposta de
146 um ano de prorrogação de mandato, não seria um ano a mais dado, pois foi um ano
147 perdido, mas sim a possibilidade de recuperar o ano perdido. Rosângela também frisou
148 todo o apoio das respectivas Secretarias Executivas da Cogerh e da SRH no
149 funcionamento dos Comitês em todo esse período pandêmico. Após as discussões, tendo
150 em vista o período excepcional provocado pela COVID-19, as propostas foram colocadas
151 em votação e os Conselheiros por unanimidade votaram na proposta dois com o seguinte
152 texto: **RESOLVE:** Determinar o adiamento do processo eleitoral de composição do
153 Conselho de Recursos Hídricos do Ceará – CONERH e dos Comitês de Bacias
154 Hidrográficas – CBH's e de suas respectivas Diretorias, durante as restrições impostas
155 pelo cenário de pandemia do Covid-19, propondo a prorrogação pelo prazo de 01 (um)
156 ano. No **quarto ponto de pauta: Palavra facultada.** O Secretário Teixeira fez uma
157 ressalva sobre o Decreto de cobrança, embora os comitês e conselheiros já tenham ciência
158 da importância desse instrumento de gestão. Mas, a ressalva é para dar conhecimento a
159 outros atores que usam o momento político para deturpar a questão da cobrança dos
160 recursos hídricos. Vale ressaltar, por exemplo, que a cobrança de uma cultura como milho
161 por exemplo, numa área de 8 hectares, pagaria R\$ 32,59 ao ano e R\$ 5,43 ao mês, é um
162 valor irrisório e só esse preço porque nós temos uma estrutura pública de recursos

163 hídricos, portanto, a água para irrigação aqui no Ceará ainda é um preço pedagógico.
164 Teixeira também questionou, será que a Enel que opera a energia do Estado, será que ele
165 daria energia de graça para alguém? Teixeira também enfatizou uma nota de
166 esclarecimento da Cogerh onde diz que irrigante paga uma faixa de 0,00191 - 0,00576
167 reais/m³, enquanto o setor industrial paga 0,85 reais/m³, o setor de comércio e serviço
168 paga 0,33 reais/m³ e no âmbito do abastecimento humano, a CAGECE e SAAEs pagam
169 0,0045 reais/m³. A realidade é que a irrigação consome 70% da água no Ceará, mas quem
170 banca o sistema de recursos hídricos é a indústria e o abastecimento humano. A cobrança
171 existe desde 1992, na sua primeira Lei Estadual de Recursos Hídricos como um
172 instrumento de gestão, portanto é um sistema de gestão consolidado há mais de 25 anos.
173 E, Teixeira solicitou que essa nota da Cogerh seja divulgada para a sociedade. João Lúcio,
174 Presidente da Cogerh, também complementou que a tarifa de irrigação foi discutida com
175 todos os setores da irrigação, federações, representações empresariais e comitês de bacias
176 em 2010, em um grande diálogo, quando ele era Diretor de Planejamento na Cogerh.
177 Então, a tarifa de cobrança chegou nesses valores através de um grande entendimento pela
178 capacidade e disposição de pagamento do setor e foi acordado que a tarifa seria
179 implementada de forma gradativa, o que levou seis anos para ser implementada. Logo em
180 seguida, Dr. Ramon Rodrigues, Conselheiro suplente (SRH) também enfatizou a
181 Constituição de 1988 que separou água da terra, portanto só existem dois donos ou a água
182 é estadual ou é federal, portanto, a politização dessa questão ou é falta de conhecimento
183 ou é má fé. Portanto, Dr. Ramon sugere que se compartilhe de forma didática aos Comitês
184 para divulgação os normativos de cobrança, outorga e outras normativas para todos os
185 usuários. O Conselheiro Sílvio Carlos (SEDET) explicou que ele que faz parte de vários
186 grupos de produtores, ele esclareceu a questão da cobrança e o papel do Conerh, que tem
187 a representatividade da FAEC que inclusive votou a favor do reajuste da tarifa da
188 cobrança e que o mal-entendido que houve foi realmente de cunho político. A Conselheira
189 Elaine (FIEC) pediu para enfatizar que a Federação das Indústrias entende o papel da
190 cobrança, apesar de ter votado contra o reajuste, entende os custos do sistema de gestão de
191 recursos hídricos e o setor da indústria tem trabalhado pela eficiência do uso da água nos
192 seus maquinários. O Presidente da Funceme, Eduardo Sávio ressaltou que é uma
193 discussão preocupante porque está sendo levado para um viés político forte com baixa
194 discussão técnica. Aridiano Belk (CBH) também enfatizou que ele mesmo como
195 presidente de CBH e representante do setor agropecuário, votou a favor do reajuste,
196 embora tenha solicitado na ocasião que o reajuste fosse adiado, mas o fato é que as

197 pessoas que estão reclamando nem são pessoas pagantes e que ele como representante do
 198 Tabuleiro de Russas, que é um grande usuário compreende a necessidade do reajuste da
 199 cobrança. O Sr. Francisco Viana, ex-presidente da Cogerh e participante da Câmara
 200 Técnica de Água e Agropecuária, enfatizou que ele fez parte do embrião da implantação
 201 da cobrança e que agora enquanto colegiado, o Conselho e os Comitês de Bacias
 202 Hidrográficas devem aproveitar essa oportunidade para levar a discussão para todos os
 203 ambientes, reduzindo os ruídos externos. O Conselheiro Inácio Arruda (SECITECE)
 204 frisou que o sistema de gestão de recursos hídricos do Ceará é muito respeitado no Brasil
 205 todo e que é exatamente por termos um sistema consolidado que conseguimos passar por
 206 esse período de escassez hídrica sem colapso. Por fim, um dos conselheiros solicitou
 207 explanação sobre o acidente que houve no Atalho, barragem na bacia do Salgado e é uma
 208 barragem do DNOCS. O que ocorreu foi uma mistura de acidente de trabalho com falha
 209 humana, pois quando eles estavam se preparando para testar a saída água, a junta dresser
 210 não ficou bem aparafusada e a pressão da água sacou fora essa tubulação e havia
 211 trabalhadores na casa de máquina e foram três trabalhadores que perderam a vida. O
 212 Ministério Público está investigando os responsáveis. Não havendo mais nenhuma
 213 manifestação, o Secretário Francisco Teixeira (SRH) agradeceu a presença de todos e
 214 encerrou a reunião. Eu, Márcia Soares Caldas, Secretária Executiva Suplente do
 215 CONERH, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente,
 216 Conselheiros presentes e por mim.

RECURSOS HÍDRICOS – SRH		
TITULAR	FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA	√
SUPLENTE	RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES	√

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA		
TITULAR	JOAQUIM FIRMINO FILHO	√
SUPLENTE	PAULO CÉSAR MOREIRA DE SOUSA	√

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR - SECITECE		
TITULAR	INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA	√
SUPLENTE	NÁGYLA MARIA GALDINO DRUMOND	

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG		
TITULAR	DANIEL CHARLEY FERREIRA UMBELINO	√
SUPLENTE	GEORGE KILMER CHAVES CRAVEIRO	

SECRETARIA DAS CIDADES - CIDADES		
TITULAR	MARCELLA FACÓ SOARES	√
SUPLENTE	PRISCILLA GOMES MOTA MATOS	

SECRETARIA DE SAÚDE DO CEARÁ – SESA		
TITULAR	FRANCISCA DYELLY FERREIRA DA SILVA	<u>Ausente</u>
SUPLENTE	MARCELO IVAN ROJAS BURGOA	

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC		
TITULAR	FRANCISCA CLAUDEANE MATOS ALVES	
SUPLENTE	PRISCILA CARVALHO HOLANDA	√

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA		
TITULAR	EDSON FONTES SOBRINHO	Ausente
SUPLENTE	EDUARDO MARTINS BARBOSA	

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA		
TITULAR	MARIA DIAS CAVALCANTE	Ausente
SUPLENTE	LÚCIA MARIA BEZERRA DA SILVA	

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO - SEDET		
TITULAR	SÍLVIO CARLOS RIBEIRO VIEIRA LIMA	√
SUPLENTE	VANDEMBERK ROCHA DE OLIVEIRA	

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL DO CEARÁ		
TITULAR	MARCELO SANTOS SAMPAIO	Ausente
SUPLENTE	FRANCISCO CARLOS DE ARAÚJO	

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – SEMACE		
TITULAR	IVAN BOTÃO DE AQUINO	
SUPLENTE	GUSTAVO AMORIM STUDART GURGEL	√

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E PREFEITOS DO ESTADO DO CEARÁ - APRECE		
TITULAR	FRANCISCO CÉSAR DE SOUSA	
SUPLENTE	DANIEL AGUIAR CAMURÇA	√

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - CBH		
TITULAR	ARIDIANO BELK DE OLIVEIRA	√
SUPLENTE	JOSÉ MARIA GOMES VASCONCELOS	√

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS		
TITULAR	MARIA ZITA TIMBÓ ARAÚJO	
SUPLENTE	ÁLVARO ERNESTO STUDART TELES	√

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE - SINDIÁGUA		
TITULAR	JADSON SARTO ÂNGELO OLIVEIRA PONTES	
SUPLENTE	ADAHIL PEREIRA DE SENA	√

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO CEARÁ - CREA		
TITULAR	MAILDE CARLOS DO RÊGO	√
SUPLENTE	FRANCISCO DE ASSIS BEZERRA LEITE	

INSTITUTO HIDROAMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL - IHAB		
TITULAR	CLODIONOR CARVALHO DE ARAÚJO	√
SUPLENTE	ITABARACI NAZARENO CAVALCANTE	

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC		
TITULAR	RENATA MENDES LUNA	√
SUPLENTE	SAMÍRIA MARIA OLIVEIRA DA SILVA	

UNIVERSIDADE DE FORTALEZA - UNIFOR		
TITULAR	NISE SANFORD FRAGA	√
SUPLENTE	BRUNO ARAGÃO MARTINS DE ARAÚJO	

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE		
TITULAR	HELDER DOS SANTOS CORTEZ	√
SUPLENTE	RAQUEL DOS SANTOS ALMEIDA	√

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - FAEC		
TITULAR	JOÃO TEIXEIRA JÚNIOR	√
SUPLENTE	FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA	√

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ - FIEC		
TITULAR	ANTÔNIO RENATO LIMA DE ARAGÃO	
SUPLENTE	ELAINE CRISTINA DE MORAES PEREIRA	√

ASSOCIAÇÃO CEARENSE DOS CRIADORES DE CAMARÃO - ACCC		
TITULAR	JOSÉ ALBERTO COSTA BESSA JÚNIOR	
SUPLENTE	ANTÔNIO DA COSTA ALBUQUERQUE FILHO	√

2

SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONERH		
TITULAR	CARLOS MAGNO FEIJÓ CAMPELO	√
SUPLENTE	MÁRCIA SOARES CALDAS	√
ADVOGADA	ANA CLÁUDIA FERREIRA DUTRA FERNANDES	√

ASSESSORIA JURÍDICA DO CONERH		
TITULAR	RICARDO VERAS PAZ	√
SUPLENTE	GERMANA DE MATTOS B. GÓES GIGLIO	